



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº /2016
(da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Requer a revisão de despacho das proposições abaixo elencadas para que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se pronuncie acerca das matérias tratadas nos respectivos projetos.

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 15, de 2016, e do art. 32, XXIV, do RICD, requero a Vossa Excelência determinar a **REDISTRIBUIÇÃO** a esta Comissão das proposições abaixo elencadas que são, por mérito, pertinentes ao seu campo temático, a fim de oportunizar que este órgão se pronuncie sobre as matérias.

Certa do atendimento ao pleito, antecipamos nossos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

Deputada GORETE PEREIRA
Presidente

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

Proposição	Autor (a)	Ementa
PL 6759/2010	Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital FEMININO e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.
PL 6820/2010	Senado Federal - Ideli Salvatti (PT-SC)	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação antipapilomavírus humano (HPV) à população.
PL 166/2011	Weliton Prado (PT-MG)	Dispõe sobre a criação de Casas Apoio destinadas ao atendimento de adolescentes grávidas.
PL 626/2011	Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	Acrescenta parágrafo ao art. 8º Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do adolescente para garantir atendimento ambulatorial e psicológico à menor gestante.
PL 730/2011	Gorete Pereira (PR-CE)	Altera a lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS".
PL 7150/2014	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	Altera a Lei nº 8.080, de 11 de setembro, de 1990, para determinar a realização de campanhas destinadas à realização de exames preventivos do câncer de próstata e de mama.
PL 44/2015	Sergio Vidigal (PDT-ES)	Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.
PL 2805/2015	Erika Kokay (PT-DF)	Dispõe sobre a inclusão anualmente, na programação pedagógica das escolas da rede de educação básica do País, do debate sobre o tema do combate à violência contra a mulher.
PL 3169/2015	Mariana Carvalho (PSDB-RO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde para as mulheres com câncer de mama metastático.
PL 3275/2015	Senado Federal - Lobão Filho (PMDB-MA)	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer reserva de vagas em estacionamentos públicos para mulheres a partir do sexto mês de gestação e até 30 (trinta) dias após o parto.
PL 8330/2015	Senado Federal - Humberto Costa (PT-PE)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".
PLP 290/2015	Valmir Assunção (PT-BA)	Acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o direito de regresso da Previdência Social perante o agressor.
PL 5680/2016	Carmen Zanotto (PPS-SC)	Institui o Dia Nacional da mulher Empresária.
PL 5687/2016	Professor Victório Galli (PSC-MT)	Dispõe sobre o direito de pedido de cesariana à GESTANTE ao completar no mínimo 37 semanas de gestação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER